

Instituto Ética Saúde fortalece agenda de integridade e governança durante a Hospitalar 2026



O Instituto Ética Saúde (IES) participou da Hospitalar 2026, principal evento de saúde da América Latina, reforçando seu compromisso com a promoção da ética, da integridade, da transparência e da confiança em toda a cadeia de valor da saúde. Ao longo da feira, o Instituto manteve uma agenda estratégica de relacionamento com representantes da indústria, hospitais, operadoras, entidades setoriais, gestores públicos e demais lideranças do ecossistema da saúde, consolidando seu papel como articulador de iniciativas voltadas ao fortalecimento das boas práticas no setor.

Durante o evento, o IES apresentou e aprofundou discussões sobre importantes projetos institucionais, com destaque para o EESEE - Ecossistema Ética Saúde de Ética Empresarial, iniciativa que busca identificar, monitorar e propor soluções para desafios relacionados à integridade no ambiente de negócios da saúde. A proposta tem como foco estimular mecanismos de transparência, fomentar práticas éticas e contribuir para a construção de um ambiente mais seguro, equilibrado e sustentável para todos os atores do setor.

As tratativas realizadas ao longo da Hospitalar também permitiram ampliar o diálogo sobre instrumentos de autorregulação, governança e compliance, pilares que vêm norteando a atuação do Instituto ao longo de sua trajetória. Entre os temas debatidos estiveram mecanismos de identificação e monitoramento de riscos, iniciativas de prevenção a práticas antiéticas e estratégias voltadas à promoção da isonomia nas relações entre os diversos agentes da saúde, fortalecendo uma cultura baseada na integridade e na concorrência leal.

A participação do Instituto ocorreu em um momento especialmente relevante para o setor, marcado pela crescente necessidade de construção de soluções colaborativas capazes de enfrentar desafios históricos relacionados à transparência, à eficiência e à sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro. Nesse contexto, o IES levou à Hospitalar sua experiência acumulada em iniciativas de autorregulação, produção de conhecimento técnico, articulação institucional e desenvolvimento de programas voltados à promoção da ética empresarial.

Além das agendas voltadas ao ambiente corporativo e institucional, o Instituto também destacou a importância de ampliar o debate sobre os impactos das práticas éticas na vida dos pacientes e da sociedade. Ao defender relações mais transparentes e responsáveis entre os diversos elos da cadeia da saúde, o IES reafirma sua

convicção de que a integridade não beneficia apenas organizações e mercados, mas contribui diretamente para a melhoria da qualidade assistencial, para a ampliação do acesso e para a construção de um sistema de saúde mais justo e eficiente.

Para o Diretor Executivo do Instituto Ética Saúde, Filipe Venturini Signorelli, a presença do Instituto na Hospitalar representa uma oportunidade estratégica para ampliar o diálogo com o setor e fortalecer iniciativas coletivas em prol da integridade. “A Hospitalar é um dos principais espaços de encontro da saúde brasileira e internacional. Estar presente nesse ambiente significa não apenas apresentar projetos e compartilhar conhecimento, mas também construir pontes, ouvir diferentes perspectivas e fortalecer alianças capazes de transformar positivamente o setor. Acreditamos que a ética deve ocupar uma posição central nas decisões e nas relações institucionais, sendo um elemento indispensável para a sustentabilidade dos negócios e para a proteção do paciente”.

Operação Instituto Amigo - Irregularidades na Gestão de Hospitais de Campanha Durante a Pandemia



O **Instituto Ética Saúde (IES)** manifesta seu posicionamento diante das informações divulgadas no âmbito da **Operação Instituto Amigo**, conduzida pela Polícia Federal (PF) com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), que investiga possíveis irregularidades na execução de contratos destinados à administração de hospitais de campanha durante a pandemia de Covid-19. As apurações concentram-se nos municípios de **Luziânia e Formosa, em Goiás**, localizados na região do Entorno do Distrito Federal, com cumprimento de medidas judiciais também nos estados de **Minas Gerais e São Paulo**.

De acordo com as informações divulgadas pelas autoridades, as investigações apontam indícios de que recursos públicos destinados às ações emergenciais de enfrentamento da pandemia teriam sido direcionados mediante **contratos com possíveis irregularidades, incluindo simulação de propostas comerciais, inconsistências na execução contratual, pagamentos por serviços sem comprovação de execução e despesas incompatíveis com os instrumentos analisados**. As apurações ainda indicam possível atuação coordenada voltada à obtenção indevida de recursos públicos, com adoção de medidas patrimoniais cautelares e continuidade das análises sobre o material apreendido.

Sob a perspectiva institucional, o caso evidencia como **a gestão emergencial de estruturas assistenciais temporárias, como hospitais de campanha, exige mecanismos ainda mais rigorosos de controle e transparência**, justamente por envolver contratações aceleradas e recursos destinados a cenários de elevada

vulnerabilidade social e sanitária. A existência de indícios relacionados à simulação de propostas, inconsistências contratuais e pagamentos sem comprovação de execução reforça que fragilidades na fiscalização podem comprometer a finalidade pública das ações emergenciais e ampliar riscos à integridade administrativa.

Destacamos que **práticas antiéticas na saúde pública não se limitam a desvios financeiros diretos**, abrangendo também condutas como **fraude na execução contratual, manipulação documental, utilização indevida de mecanismos de contratação e ocultação de fluxos patrimoniais ou financeiros**, com impactos relevantes sobre a **transparência, a eficiência do gasto público e a confiança institucional**. Situações dessa natureza demandam não apenas responsabilização adequada, quando comprovadas, mas também revisão dos modelos de controle aplicáveis a estruturas emergenciais de saúde.

Do ponto de vista da governança, este caso reforça a necessidade de **fortalecer mecanismos preventivos de auditoria, monitoramento da execução contratual, validação documental e rastreabilidade de despesas**, especialmente em contratos relacionados à assistência emergencial, a integração entre órgãos de controle, fiscalização técnica e instrumentos de verificação contínua é essencial para mitigar vulnerabilidades e assegurar que recursos públicos destinados ao atendimento da população sejam aplicados de forma regular e aderente às finalidades assistenciais.

Ao mesmo tempo, é importante registrar que os fatos se encontram em **fase de investigação**, sendo assegurados aos envolvidos o **contraditório e a ampla defesa**, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro. A continuidade das apurações e a análise técnica do material apreendido serão determinantes para a adequada individualização das condutas e para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de prevenção e controle.

Reafirmamos nosso compromisso com a promoção da ética, da transparência e da boa governança no setor da saúde, entendendo que a correta aplicação dos recursos públicos, especialmente aqueles destinados a situações emergenciais, é condição indispensável para a proteção da confiança social e para a sustentabilidade das políticas públicas de saúde.

De forma complementar, os desdobramentos poderão ser acompanhados no **Radar Ética Saúde**[1], iniciativa conduzida pelo Instituto Ética Saúde que monitora e analisa casos de grande impacto para a integridade do setor.

Síntese das Informações Apuradas

A **Operação Instituto Amigo**, deflagrada em **26 de maio de 2026 pela Polícia Federal**, com apoio da **Controladoria-Geral da União (CGU)**, investiga possíveis fraudes na execução de contratos destinados à administração dos hospitais de campanha dos municípios de **Luziânia e Formosa (GO)**, durante a pandemia de Covid-19.[2]

As investigações apontam indícios de **simulação de propostas comerciais, inconsistências na execução contratual, pagamentos por serviços sem comprovação de execução e despesas incompatíveis com os contratos analisados**, envolvendo recursos públicos destinados às ações emergenciais de enfrentamento da pandemia.[3]

Foram mobilizados aproximadamente **45 policiais federais** para o cumprimento de **15 mandados de busca e apreensão**, além de medidas de **construção patrimonial, bloqueio de valores e apreensão de bens**, nos estados de **Goiás, Minas Gerais e São Paulo**. Os fatos apurados podem, em tese, configurar crimes relacionados à **fraude na execução contratual, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e outras condutas correlatas**, conforme indicado pelas autoridades responsáveis pela investigação.

[1] Portal Instituto Ética Saúde – **Radar Ética Saúde**

[2] Portal Polícia Federal – **PF e CGU combatem fraudes em contratos de hospitais de campanha em Goiás**

[3] Portal R7 – **Pandemia: operação da PF mira fraudes em contratos de hospitais de campanha em Goiás**

Fonte: [Instituto Ética Saúde](#), em 03.06.2026.